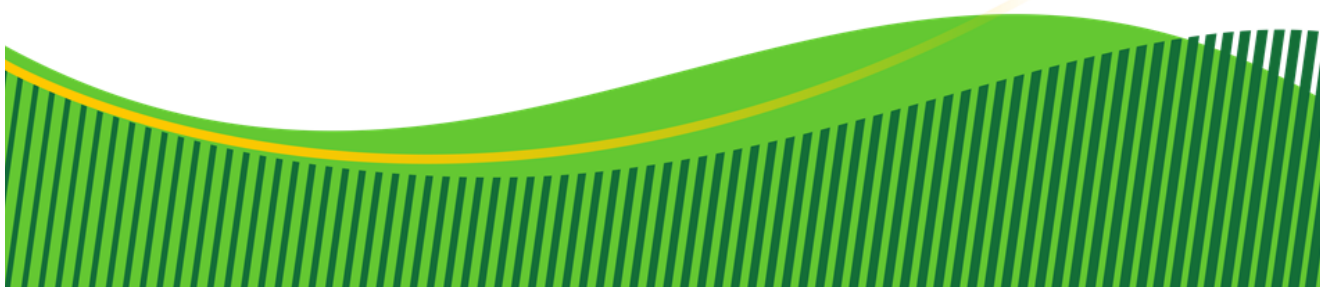


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
Rondonópolis - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	457.664	411.148	CIRCULANTE	222.145	167.237
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.114	6.100	DEPÓSITOS (NOTA 11)	88.109	55.571
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	232.112	194.995	Depósitos à Vista	83.579	53.890
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	1	Depósitos a Prazo	4.530	1.681
Depósitos no Banco Central	-	32	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	95.108	77.013
Correspondentes no país	-	490	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	13	50
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	232.105	194.472	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	95.095	76.963
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	194.652	192.638	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	921	890
Operações de Crédito	207.204	215.747	Recursos em Trânsito de Terceiros	921	890
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.552)	(23.109)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	4.155	3.800
OUTROS CRÉDITOS	15.731	13.527	Empréstimos País - Outras Instituições	4.155	3.800
Créditos por Avais e Fianças Honradas	97	343	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.852	29.963
Rendas a Receber	900	1.226	Cobrança e Arrecadação de Tributos	53	55
Diversos (NOTA 07)	14.906	12.430	Sociais e Estatutárias	2.868	2.249
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(172)	(472)	Fiscais e Previdenciárias	799	762
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	8.055	3.888	Diversas (NOTA 14)	30.132	26.897
Outros Valores e Bens	8.054	3.776			
(Provisão para desvalorização)	(35)	(30)			
Despesas Antecipadas	36	142			
NÃO CIRCULANTE	105.989	74.042	NÃO CIRCULANTE	224.043	215.020
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	105.989	74.042	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	224.043	215.020
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	254	138	DEPÓSITOS (NOTA 11)	213.984	207.316
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	254	138	Depósitos a Prazo	213.984	207.316
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	65.305	33.702	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.711	2.356
Operações de Crédito	75.345	42.392	Repasse Interfinanceiros	4.711	2.356
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.040)	(8.690)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	5.348	5.348
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	3	-	Diversas	5.348	5.348
Diversos	3	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	16.995	16.995	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	117.465	102.933
Outros Investimentos	16.995	16.995	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	60.215	57.747
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	20.792	20.810	De Domiciliados no País	61.478	57.816
Imóveis de Uso	17.188	17.189	(Capital a Realizar)	(1.263)	(69)
Outras Imobilizações de Uso	9.666	8.963	RESERVAS DE SOBRAS	52.021	42.036
(Depreciação acumulada)	(6.062)	(5.342)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.229	3.150
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.640	2.397			
Outros Ativos Intangíveis	4.842	4.002			
(Amortização acumulada)	(2.202)	(1.605)			
TOTAL DO ATIVO	563.653	485.190	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	563.653	485.190

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.018	-	36.018	67.839	-	67.839	78.115	2	78.117
Operações de Crédito	36.011	-	36.011	67.824	-	67.824	78.102	2	78.104
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7	-	7	15	-	15	13	-	13
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(22.086)	(358)	(22.444)	(41.867)	(700)	(42.567)	(62.760)	(709)	(63.469)
Operações de Captação no Mercado	(8.823)	(28)	(8.851)	(20.406)	(47)	(20.453)	(23.896)	(21)	(23.917)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.882)	(330)	(4.212)	(7.855)	(653)	(8.508)	(14.872)	(688)	(15.560)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.381)	-	(9.381)	(13.606)	-	(13.606)	(23.992)	-	(23.992)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.932	(358)	13.574	25.972	(700)	25.272	15.355	(707)	14.648
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.520)	1.855	(4.665)	(9.316)	3.863	(5.453)	(6.116)	3.628	(2.488)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.074	4.043	7.117	5.668	8.149	13.817	4.581	5.786	10.367
Rendas de Tarifas Bancárias	3.113	-	3.113	6.009	-	6.009	5.774	-	5.774
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.541)	(817)	(10.358)	(18.658)	(1.575)	(20.233)	(17.337)	(878)	(18.215)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.070)	(1.029)	(9.099)	(15.469)	(1.871)	(17.340)	(14.717)	(1.147)	(15.864)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(29)	(203)	(232)	(119)	(412)	(531)	(115)	(285)	(400)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	11.138	230	11.368	25.898	259	26.157	33.951	550	34.501
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(6.205)	(369)	(6.574)	(12.645)	(687)	(13.332)	(18.253)	(398)	(18.651)
RESULTADO OPERACIONAL	7.412	1.497	8.909	16.656	3.163	19.819	9.239	2.921	12.160
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(136)	147	11	(248)	228	(20)	(307)	184	(123)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.276	1.644	8.920	16.408	3.391	19.799	8.932	3.105	12.037
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	516	516	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	300	300	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	216	216	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.276	2.160	9.436	16.408	3.391	19.799	8.932	3.105	12.037
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.391	(3.391)	-	3.105	(3.105)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.276	2.160	9.436	19.799	-	19.799	12.037	-	12.037
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.570)	-	(14.570)	(8.887)	-	(8.887)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.062)	-	(4.062)	(3.274)	-	(3.274)
Fates - Estatutário	-	-	-	(523)	-	(523)	(315)	-	(315)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.706)	-	(4.706)	(2.835)	-	(2.835)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.279)	-	(5.279)	(2.463)	-	(2.463)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.229	-	5.229	3.150	-	3.150

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	55.468	36.738	3.655	95.861
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.579	-	(3.138)	(1.559)
Outras destinações	-	-	(517)	(517)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.796	-	-	3.796
Baixas de capital	(6.260)	-	-	(6.260)
Resultado do período	-	-	12.037	12.037
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(315)	(315)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.835	(2.835)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.164	-	(3.274)	(110)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.463	(2.463)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	57.747	42.036	3.150	102.933
Mutações do Período	2.279	5.298	(505)	7.072
Saldos no início do período em 01/01/2017	57.747	42.036	3.150	102.933
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.542	-	(3.077)	(1.535)
Outras destinações	-	-	(73)	(73)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.812	-	-	2.812
Baixas de capital	(5.722)	-	-	(5.722)
Resultado do período	-	-	19.799	19.799
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(523)	(523)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.706	(4.706)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.836	-	(4.062)	(226)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.279	(5.279)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	60.215	52.021	5.229	117.465
Mutações do Período	2.468	9.985	2.079	14.532
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	58.740	42.036	10.363	111.139
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.311	-	-	1.311
Baixas de capital	(3.672)	-	-	(3.672)
Resultado do período	-	-	9.436	9.436
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(523)	(523)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.706	(4.706)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.836	-	(4.062)	(226)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.279	(5.279)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	60.215	52.021	5.229	117.465
Mutações do Período	1.475	9.985	(5.134)	6.326

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	16.285	12.480	16.991
Resultado do semestre/exercício	9.436	19.799	12.037
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.849	(7.319)	4.954
(Reversão) Provisão para operações de crédito	6.085	(9.207)	2.191
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	5	5	(17)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(36)	(300)	142
Depreciação do imobilizado de uso	748	1.559	1.935
Amortização do intangível	293	597	344
Baixas do ativo permanente	237	297	25
Provisão para passivos contingentes	206	9	362
Destinações ao FATES	(523)	(523)	(315)
Dividendos SicrediPar	(166)	244	287
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(3.739)	33.590	12.442
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(107)	(115)	(88)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.529	(7)	77
Redução em créditos vinculados	14	32	33
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	-	490	(54)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(33.384)	(24.409)	57.618
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	13.596	20.451	(24.819)
(Aumento) em outros créditos	(865)	(2.150)	(2.014)
(Aumento) em outros valores e bens	(3.881)	(4.173)	(2.374)
Aumento em depósitos	6.082	39.205	33.897
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(559)	30	(143)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	173	355	(51.219)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(315)	(821)
Aumento em outras obrigações	11.663	4.196	2.349
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	12.546	46.070	29.433
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.642)	(1.839)	(235)
Aplicações no Intangível	(488)	(840)	(803)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.130)	(2.679)	(1.038)
Integralização de capital	1.311	2.812	3.796
Baixa de capital	(3.672)	(5.722)	(6.260)
Juros ao capital próprio	(226)	(226)	(110)
Distribuição de Sobras	-	(1.608)	(2.076)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.587)	(4.744)	(4.650)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	7.829	38.647	23.745
Caixa e equivalente de caixa no início do período	231.390	200.572	176.827
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	239.219	239.219	200.572

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/03/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiaidas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, respectivamente, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(63.352)	(117)	(63.469)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.875)	(117)	(23.992)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.605)	117	(2.488)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(15.604)	(260)	(15.864)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	34.386	115	34.501
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(18.913)	262	(18.651)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de março de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	7.114	6.100
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	232.105	194.472
Total	239.219	200.572

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	254	138
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	254	138
Total realizável a longo prazo	254	138

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	105.252	62.996	168.248	160.861
Financiamentos	6.892	7.564	14.456	15.162
Financiamentos rurais e agroindustriais	95.060	4.785	99.845	82.116
Carteira total	207.204	75.345	282.549	258.139

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	97	-	97	343
Títulos e créditos a receber (i)	10.961	3	10.964	8.427
Total	11.058	3	11.061	8.770

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	1	-	-	-
Nível A	0,50	99.545	84.215	498	421
Nível B	1,00	101.909	101.713	1.099	1.017
Nível C	3,00	45.475	27.906	1.365	838
Nível D	10,00	24.061	14.296	2.406	1.430
Nível E	30,00	3.608	11.329	1.082	3.399
Nível F	50,00	4.235	3.854	2.118	1.927
Nível G	70,00	1.933	1.189	1.353	832
Nível H	100,00	12.843	22.407	12.843	22.407
Total (i)		293.610	266.909	22.764	32.271

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.240	31.084	48.130	58.412	141.866	128.385
Rural	212	13.477	81.371	4.785	99.845	82.116
Industrial	5	213	61	165	444	3.838
Comércio	838	7.668	7.990	8.291	24.787	25.700
Outros Serviços	853	4.301	17.819	3.695	26.668	26.870
Total	6.148	56.743	155.371	75.348	293.610	266.909

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	59.118	20,14	52.772	19,77
50 devedores seguintes	102.753	35,00	84.745	31,75
100 devedores seguintes	53.641	18,27	56.578	21,20
Demais	78.098	26,60	72.814	27,28
Total	293.610	100	266.909	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	32.271	29.938
Constituição de provisão	13.606	23.992
Movimentação de baixados para prejuízo	(23.113)	(21.659)
Saldo final	22.764	32.271

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 10.659 (2016 - R\$ 8.418), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 26.106 (2016 - R\$ 23.014).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	58	74
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.361	1.393
Devedores por depósitos em garantia	35	273
Impostos e contribuições a compensar	487	403
Títulos e créditos a receber	10.961	8.427
Valores honrados	-	683
Cotas de consórcio	1.313	44
Devedores por convênios	32	258
Operações com cartões	104	104
Pendências a regularizar	26	71
Outros	529	700
Total Circulante	14.906	12.430

Títulos e créditos a receber	3	-
Total realizável a longo prazo	3	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	8.054	3.776
Imóveis	7.997	3.552
Veículos e afins	57	224
Despesas antecipadas	36	142
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(35)	(30)
Total Circulante	8.055	3.888

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 35 (2016 - R\$ 30) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	7.948	7.948
Sicredi Participações S.A.	9.046	9.046
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	16.995	16.995

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.936.795 ON 6.109.179 PN	2.936.795 ON 6.109.179 PN	1 Quotas	1 Quotas	7.948.253 Quotas	7.948.090 Quotas
Percentual de participação	1,03%	1,04%	0,61%	0,63%	6,77%	6,77%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	9.046	9.046	1	1	7.948	7.948

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	26.854	(6.062)	20.792	20.810
Imobilizações em curso	-	1.536	-	1.536	16
Terrenos	-	2.350	-	2.350	2.350
Edificações	4%	14.838	(1.677)	13.161	13.762
Instalações	10%	1.342	(1.029)	313	622
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.412	(1.099)	2.313	2.630
Sistema de comunicação	10%	146	(59)	87	86
Sistema de processamento de dados	20%	2.553	(1.908)	645	994
Sistema de segurança	10%	286	(138)	148	173
Sistema de transporte	20%	391	(152)	239	177
Intangível (i)		4.842	(2.202)	2.640	2.397
Investimentos Confederação		4.842	(2.202)	2.640	2.397
Total		31.696	(8.264)	23.432	23.207

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	83.579	-	-	83.579	53.890
Depósitos a prazo	1.211	3.319	213.984	218.514	208.997
Total	84.790	3.319	213.984	302.093	262.887

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	95.095	76.963
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	95.095	76.963
Total circulante	95.095	76.963
Recursos do Crédito Rural	4.711	2.356
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.711	2.356
Total exigível a longo prazo	4.711	2.356

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 20/04/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	4.155	3.800
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	4.155	3.800
Total circulante	4.155	3.800

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 04/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	7.275	9.357
Obrigações por convênios oficiais	7	14
Provisão para pagamentos a efetuar	4.822	3.498
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	371	362
Outras Contingências	1	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.238	2.603
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	320	550
Pendências a regularizar	115	77
Operações com cartões	11.010	8.148
Demais fornecedores	500	440
Credores diversos	3.473	1.847
Total circulante	30.132	26.897

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	5.348	5.348
Total exigível a longo prazo	5.348	5.348

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	202	-	(202)	-
Cível	160	215	(4)	371
Total	362	215	(206)	371

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	-	202
Cível	Provável	371	160
Total		371	362

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 212; R\$ 373 e R\$ 163 (2016 - R\$ 0, R\$ 183 e R\$ 163), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	60.215	57.747
Total de associados	25.611	23.276

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.468 (2016 – R\$ 2.279), sendo R\$ 5.378 (2016 – R\$ 4.743) via integralização de resultados e R\$ 2.812 (2016 – R\$ 3.796), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.722 (2016 – R\$ 6.260).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.062, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	19.799	12.037
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.315)	(5.056)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	43	1
Provisão PPR	72	9
Receita com atos cooperativos	6.891	3.751
Juros sobre capital próprio	1.706	1.375
Outros	(397)	(80)
Subtotal	8.315	5.056
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	254	138
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	232.105	194.472
Outros Créditos - Rendas a receber	649	556
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.317	1.425
Despesas antecipadas (Nota 07)	-	98
Investimentos (Nota 09)	16.995	16.995
Intangível (Nota 10)	2.640	2.397
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	99.806	79.319
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.155	3.800
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	10.785	7.864
Principal e juros dívida subordinada	5.668	5.898
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	15	13
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.750	2.658
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	23.317	27.598
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	-	2
Operações de Empréstimos e Repasses	8.508	15.560
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.296	1.325
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.145	6.668

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	416	0,50%	538
Depósitos a prazo	689	0,32%	2.540
Operações de crédito	5.224	1,85%	8.535

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.201	2.512

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	480	519
Despesa de aluguéis	1.119	906
Despesa de comunicação	838	780
Despesa de manutenção e conservação	1.092	959
Despesa de material	324	291
Despesa processamento dados	417	361
Despesa de promoções e relações públicas	1.754	1.532
Despesa de propaganda e publicidade	267	153
Despesa de seguro	59	63
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.874	1.574
Despesa de serviços de terceiros	492	408
Despesa de serviços de vigilância e segurança	853	818
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.727	885
Despesa de serviços de transportes	830	883
Despesa de viagem	265	229
Outras despesas administrativas	4.949	5.503
Total	17.340	15.864

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	794	1.992
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	22.757	26.745
Reversão de provisões operacionais	1.969	4.327
Outras rendas operacionais	637	1.437
Total	26.157	34.501

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.610	5.609
Contribuição O.C.E.	123	105
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	662	815
Contribuição Confederação Sicredi	4.265	3.418
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	860	922
Encargos da administração financeira	129	148
Repasse administradora de Cartões	417	436
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	597	348
Outras provisões operacionais	1.589	5.021
Outras despesas operacionais	2.080	1.829
Total	13.332	18.651

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	100.236	89.820
Coobrigações em cessões de crédito	19	-
Total	100.255	89.820

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	119.004	106.519
Nível I (NI)	115.603	101.801
Capital principal - CP	115.603	101.801
Capital social	60.215	57.747
Reservas de capital	52.021	42.036
Lucros acumulados	5.229	3.150
Ajustes Prudenciais	(1.862)	(1.132)
Nível II (NII)	3.401	4.718
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	3.401	4.718
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	513.253	461.237
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	528	449
Margem de Capital (i)	64.583	60.523
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,19%	23,09%
Situação de Imobilização (Imob)	21.571	22.075
Índice de Imobilização (Imob / PR)	18,13%	20,72%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Daniilo Batistela Vicentim
Diretor Executivo
CPF: 692.683.041-04

Stanley Giansante
Diretor de Operações
CPF: 026.892.259-48

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20